

Direito de Família

Direito de família é o ramo do direito que trata das relações jurídicas entre os membros de uma família, incluindo questões como casamento, divórcio, guarda de filhos, alimentos, adoção, entre outros. Em suma, são as normas e princípios que regem as relações familiares e os direitos e deveres decorrentes dessas relações.

Principais Causas de Ações na Justiça sobre Direito de Família no Brasil:

O Direito de Família no Brasil, previsto no Código Civil (CC), regula as relações entre os membros da família, buscando garantir a proteção e o bem-estar de todos. Apesar da importância dessa área do Direito, diversos conflitos surgem, levando a um grande número de ações na justiça.

Principais Causas:

- 1. Divórcio e Dissolução de União Estável:**
- 2. Alimentos:**
- 3. Guarda e Regulamentação de Visita:**
- 4. Inventário e Partilha de Bens:**
- 5. Reconhecimento e Dissolução de Paternidade/Maternidade:**
 - Dúvidas sobre a paternidade/maternidade de um filho.
 - Negação de reconhecimento de filho.
 - Busca por reconhecimento de filiação socioafetiva.

Direito do Consumidor

O direito do consumidor é um conjunto de normas e princípios que visam proteger os consumidores nas relações de consumo. No Brasil, é regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), que estabelece os direitos básicos dos consumidores, como o direito à informação clara e completa sobre os produtos e serviços, o direito à segurança, à qualidade e à reparação de danos causados por produtos defeituosos ou serviços inadequados, entre outros.

Além disso, o CDC prevê a responsabilidade dos fornecedores por vícios e defeitos nos produtos e serviços, o direito de arrependimento em compras realizadas fora do estabelecimento comercial, como pela internet ou telefone, e o direito à proteção contra práticas abusivas e publicidade enganosa.

Direito Civil

O Direito Civil Brasileiro é uma área do direito que trata das relações entre pessoas e seus bens, regulando questões como contratos, responsabilidade civil, propriedade, família, sucessões, entre outros. Ele é regido principalmente pelo Código Civil brasileiro, que foi promulgado em 2002 e passou por algumas alterações desde então. O Direito Civil brasileiro é essencial para garantir os direitos e deveres dos cidadãos em diversas situações da vida cotidiana

As principais ações na justiça que abordam o direito civil:

1. Cobrança de Dívidas:

2. Rescisão de Contrato:

3. Indenização por Danos:

Ação de Indenização por Danos Materiais: para reparar o prejuízo financeiro causado por ato ilícito (acidente de trânsito, negligência médica, etc.).

- **Ação de Indenização por Danos Morais:** para reparar o sofrimento e a humilhação causados por ato ilícito (ofensa à honra, discriminação, etc.).

4. Família e Sucessões:

- **Ação de Divórcio:** para dissolver o vínculo conjugal e definir questões como guarda dos filhos, pensão alimentícia, divisão de bens, etc.
- **Ação de Alimentos:** para garantir o sustento de filhos, cônjuge ou outros familiares necessitados.
- **Inventário:** para arrolar e distribuir os bens de uma pessoa falecida entre seus herdeiros.

5. Direito do Consumidor:

6. Propriedade e Posse:

7. Responsabilidade Civil:

- **Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais:** para reparar o prejuízo causado por ato ilícito (acidente de trânsito, negligência médica, etc.).

Direito Previdenciário

Direito previdenciário refere-se ao conjunto de normas e princípios que regulam os direitos relacionados à Previdência Social. Isso inclui benefícios como aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença, entre outros. Essas normas são estabelecidas tanto pela Constituição Federal quanto por leis específicas, como a Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei nº 8.213/91) e outras legislações complementares. O direito previdenciário é uma área importante do direito, especialmente para garantir a proteção social e o bem-estar dos cidadãos em relação à sua seguridade financeira no futuro.

Vai se aposentar?

- Comece reunindo todos os documentos necessários para comprovar o tempo de contribuição e a idade mínima exigida para o tipo de aposentadoria desejada.
- Os documentos mais comuns incluem: carteira de trabalho, carnês do INSS, certidões de nascimento e casamento, comprovante de residência, etc.
- Consulte o site do INSS ou a agência mais próxima para a lista completa de documentos específicos para o seu caso.

Direito Trabalhista

No Brasil, o Direito Trabalhista é uma área do direito que regula as relações entre empregadores e empregados. Ele abrange uma série de questões, como contratos de trabalho, jornada de trabalho, salário, férias, licenças, demissão, entre outros. Além disso, o Direito Trabalhista também trata de questões relacionadas à segurança e saúde no ambiente de trabalho, sindicatos e negociações coletivas. É uma área fundamental para garantir os direitos e deveres tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores.

QUER SABER SE TEM DIREITO AO ADICIONAL POR INSALUBRIDADE?

Os profissionais que exerçam atividades em condições nas quais fique demonstrado a exposição a agentes nocivos à saúde do indivíduo, para além dos limites estabelecido em lei, têm direito ao adicional por insalubridade.

Atividades como aquelas em que há exposição a ruídos contínuos e intermitentes, calor excessivo, radiação ionizante, dentre outras estão definidas em norma regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

QUER SABER SE TEM DIREITO AO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE?

A periculosidade se refere à exposição do trabalhador a riscos que podem ocasionar acidentes graves ou morte. O adicional de periculosidade é fixo em 30% sobre o salário do trabalhador, independentemente do grau de risco.

Para determinar se um ambiente de trabalho é perigoso, também é necessário realizar uma avaliação técnica, chamada de Laudo de Periculosidade.

Para que uma atividade seja considerada perigosa e dê direito ao adicional de periculosidade, ela deve envolver a exposição a:

inflamáveis;

explosivos;

energia elétrica;

uso de motocicleta;

roubos;

violência física decorrente do exercício de segurança pessoal ou patrimonial.

É importante destacar que os adicionais de insalubridade e periculosidade não são acumuláveis. Se o trabalhador estiver exposto a ambos os riscos, ele receberá apenas o adicional de periculosidade, que é o de maior valor.

Recomendações:

- **Exija o Laudo de Insalubridade ou Periculosidade:** É importante que o trabalhador exija da empresa a realização do Laudo de Insalubridade ou Periculosidade, caso ele esteja exposto a agentes insalubres ou perigosos.
- **Procure um advogado:** Se você acredita que está exposto a riscos no seu ambiente de trabalho, procure um advogado especializado em direito do trabalho para te orientar sobre seus direitos.